



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

ATA DE REUNIÃO

7ª Reunião Ordinária

.1 Identificação da reunião:

Data	Horário de Início	Local	Comarca
11/12/2017	09 horas	Sala Branca Tribunal Pleno	João Pessoa

MEMBROS PRESENTES		ASSINATURA
1	ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO	
2	ANA CAROLINE LEAL VASCONCELOS	
3	CARLOS MARTINS BELTRÃO FILHO	
4	BENEDITO VEMÂNCIO DA F. JÚNIOR	
5	DIEGO GARCIA OLIVEIRA	
6	FABIO BRITO DE FARIA	
7	FABIO JOSE DE LIMA CHAGAS IRMÃO	
8	GILBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	
9	JOÃO RAMALHO ALVES DA SILVA	
10	JOSINALDO SANTANA DOS SANTOS	
11	MARISA ALVES TOSCANO DE BRITO	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

.2 Pauta

- A) Abertura**
- B) Execução Orçamentária**
- C) Gastos por comarca**
- D) Calendário 2018**
- E) Resultados – Trabalho em Grupo**
- F) Encerramento e Deliberações**

.3 Debates

Des. Carlos Beltrão dá as boas vindas aos membros presentes lembrando e agradecendo toda a dedicação do comitê durante as reuniões deste ano.

Erivalda inicia a apresentação da execução orçamentária e a situação do Tribunal ao fechar o ano de 2017: déficit de 23 milhões de repasse do duodécimo que reflete diretamente na execução. Dr. Gilberto solicita posicionamento acerca do Mandado de Segurança impetrado ao Executivo quanto às diferenças de repasse.

Buscando posicionar o Comitê quanto às questões jurídicas que foram tomadas pelo Tribunal contra o Executivo no Supremo Tribunal Federal, o Presidente, Des. Joás, comparece a reunião e informa que está em constante contato com o Ministro Marcos Aurélio. Em um dos encontros pessoais, pediu celeridade nesses processos, reforçando o aumento da Receita Corrente Líquida do Estado e que o Cronograma Mensal de Desembolso (CMD) não é algo vinculativo, tal como o Governador alega, uma vez que alterou no exercício 2017 o valor repassado em meados de maio. O Ministro, por sua vez, ficou de analisar o pedido, mas ainda não se obteve posicionamento formal. O Presidente registrou que já tentou negociações com o Executivo, mas não logrou êxito. Não há sinais de diálogo, ele comenta.

Dr. Gilberto reforça a necessidade de ficar em alerta a partir da publicação do CMD em 2018 para de imediato tomar as medidas cabíveis, caso haja necessidade. Além disso, o Tribunal deve cobrar as diferenças pretéritas, mesmo que isso recaia em futuro precatório. Tudo isso para demonstrar ao Executivo que o Tribunal não será omissivo a essa situação que só vem prejudicando, ano a ano, esse serviço tão essencial. Dra. Aparecida, Presidente da Associação dos Magistrados, que também esteve presente, diz que apoiará e auxiliará o Tribunal nessas ações. Antes de se despedir, o Presidente informa que acredita que o cenário atual da relação com o Executivo suavizará a partir de abril, em virtude do afastamento do Governador e de que o diálogo com a Vice é bem melhor.

Seguindo com a Pauta, Adriano, da Diretoria Administrativa (DIADM), apresenta os gastos com água e luz por imóvel/Comarca, além das ações que seu setor vem executando de modo a controlar essas despesas. Dr. Diego questiona os imóveis que estão cedidos ou sem habitação e que, pela demonstração, há cobrança dessas contas. A partir disso, foi deliberado que a DIADM fizesse esse levantamento junto às Comarcas para averiguar se, de fato, o imóvel está ocupado e os que estão sem uso para, em seguida, avaliar as cobranças indevidas e retificá-las junto às concessionárias do respectivo serviço.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

Outro ponto levantado por Dr. Gilberto e que foi objeto de estudo do grupo do comitê que trabalhou o tema “Racionalização de Despesas” é a questão do ICMS. Dr. Gilberto registra que o caminho correto é judicializar, caso não tenha havido tentativas de diálogo junto ao Executivo buscando a isenção desse imposto, situação prevista por um Decreto do qual somente o Executivo se beneficia. Nesse sentido, o encaminhamento do Comitê foi de que o Tribunal se posicionasse acerca dessa cobrança e resolvesse esse impasse de modo a garantir o retorno desse dinheiro.

Carol e Dr. Alexandre Targino apresentaram um dos últimos itens da pauta: O projeto estratégico “Nova sistemática de recolhimento de custas judiciais”. As informações consistiram nas etapas da iniciativa, além de objetivos e prazos e aproveitou-se o momento para colher contribuições dos magistrados e servidores quanto a alguns questionamentos levantados pela equipe de desenvolvimento desse sistema.

Das dúvidas surgidas, a primeira dizia acerca da necessidade de normatização quanto às condições do parcelamento, limitando o % de desconto e o número de parcelas. De maneira unânime, os magistrados foram contra a limitação de percentual de desconto, alegando ser matéria de jurisprudência e não questão administrativa. Dr. Diego reforça que tal atitude poderia inviabilizar o objetivo dessa facilidade de pagamento já que burocratizaria a ação. Em relação ao número de parcelas, todos concordaram que deve ser regulamentado pela Corregedoria.

Outra dúvida foi em relação à inserção dos descontos: ficou decidido, pela maioria, que o sistema aplicaria o % concedido de forma linear em todas as despesas processuais, deixando o campo aberto para alteração caso seja decisão do Magistrado não conceder desconto em algum dos itens.

Encerrando os questionamentos sobre o projeto, os Magistrados registraram que será o próprio cartório que controlará os pagamentos nos casos de parcelamento, e que a Corregedoria deve fiscalizar esses procedimentos. Além disso, em relação aos processos que estão pendentes de custas para arquivamento definitivo, Dr. Gilberto sugeriu criar movimentação específica para essa situação de modo que esses feitos não prejudiquem a estatística da Vara.

O último encaminhamento registrado por Dr. Gilberto foi de que a DIADM posicionasse o comitê quanto à transferência de setores da Capital em imóveis alugados, a exemplo do Arquivo, para o Complexo Judiciário de modo a garantir a economia estimada pela própria diretoria com esta ação.

Por fim, foi aprovado para 2018 reuniões ordinárias bimestrais nas segundas, iniciando em 05/02, sem prejuízo de uma reunião extraordinária quando houver necessidade.

.4 Deliberações/Encaminhamentos

RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO
Gepro	Encaminhar material sobre a execução orçamentária aos membros do comitê
Gepro	Solicitar à Diretoria de Processo Administrativo posicionamento quanto à cobrança de ICMS
Gepro	Posicionamento quanto à transferência de setores da Capital em imóveis alugados, a exemplo do Arquivo, para o Complexo Judiciário de modo a garantir a economia estimada pela própria diretoria com esta ação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU



COMITÉ ORÇAMENTÁRIO DO 1º E 2º GRAU

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 11/12/2017 - 09h

LISTA DE PRESENÇA

PARTICIPANTE		CARGO	CATEGORIA	ASSINATURA
	CARLOS MARTINS BELTRÃO FILHO	DESEMBARGADOR	COORDENADOR	
1	ADHEMAR DE PAULA LEITE F. NETO	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
2	ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO	TITULAR	ELEIÇÃO	
3	ALTAMIR DE ALENCAR PIMENTEL FILHO	SUPLENTE	ASSTJE	
4	ANTONIO EUGENIO LEITE F. NETO	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
5	ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
6	BENEDITO VEMÂNCIO DA F. JÚNIOR	TITULAR	SINDOJUS	
7	BRUNO MEDRADO DOS SANTOS	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
8	CAMILO DE SOUSA AMARAL	SUPLENTE	ASTAJ	
9	CARLOS EDUARDO LEITE LISBOA	SUPLENTE	PRESIDÊNCIA	
10	CLEBERSON SANTANA DE ARAUJO	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
11	DIEGO GARCIA OLIVEIRA	TITULAR	ELEIÇÃO	
12	DOMINGOS GUALBERTO DE OLIVEIRA	TITULAR	ELEIÇÃO	
13	FABIO BRITO DE FARIA	TITULAR	ELEIÇÃO	
14	FABIO JOSE DE LIMA CHAGAS IRMÃO	TITULAR	ELEIÇÃO	
15	FALKANDRE DE SOUSA QUEIROZ	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
16	FILLIPE AMORIM FIRMO DA SILVA	TITULAR	ELEIÇÃO	
17	GILBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	TITULAR	AMPB	
18	GUSTAVO PESSOA TAVARES DE LYRA	TITULAR	ELEIÇÃO	
19	HIGOR RODRIGUES LEAL	TITULAR	PRESIDÊNCIA	
20	JOÃO RAMALHO ALVES DA SILVA	TITULAR	SINJEP	
21	JOSINALDO SANTANA DOS SANTOS	TITULAR	ELEIÇÃO	
22	LEANDRO DOS SANTOS	TITULAR	AMPB	
23	MARCIO MURILO DA CUNHA RAMOS	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
24	MARISA ALVES TOSCANO DE BRITO	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
25	PEDRO HENRIQUE DE ARAUJO RANGEL	TITULAR	ELEIÇÃO	
26	PERILO RODRIGUES DE LUCENA	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
27	PHILIPPE GUIMARÃES PADILHA VILAR	SUPLENTE	AMPB	
28	ROBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	SUPLENTE	PRESIDÊNCIA	
29	RODRIGO MARQUES SILVA LIMA	TITULAR	PRESIDÊNCIA	
30	SILAS NERI CARLOS	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
31	JOSE FERNANDO		ASSTJ	
32				
33				
34				
35				